



Senador destaca papel da CCJ na produtividade do Legislativo

Praticamente todos os grandes temas de interesse da sociedade passaram pela CCJ, disse Lobão, a exemplo da reforma trabalhista e de projetos sobre segurança

A Comissão de Constituição e Justiça não se abalou pela turbulência política e contribuiu para a alta produtividade do Poder Legislativo este ano, na avaliação do presidente do colegiado, Edison Lobão. O senador destacou a realização de 56 reuniões, com

análise de 500 propostas e com 27 sabinas. Foram aprovados 80 projetos de lei e 47 PECs em 2017. Entre as propostas que passaram pela comissão, ele citou a da reforma trabalhista, a da alteração na lei do abuso de autoridade e a da reforma da Lei de Execução Penal. **3**



Edison Lobão faz balanço das atividades do ano na Comissão de Constituição e Justiça, acompanhado por Roberto Rocha

Marcos Oliveira/Agência Senado — 13/12/2017



Gerardo Magela/Agência Senado

Arquitetos e urbanistas pedem espaço na administração pública

Arquitetos e urbanistas precisam ter participação maior na elaboração de políticas públicas para as cidades, defenderam representantes da

categoria em sessão solene do Congresso, na sexta-feira. A sessão foi uma homenagem pelo Dia do Arquiteto, comemorado em 15 de dezembro. **2**

O senador Hélio José se pronuncia na sessão do Congresso em homenagem aos arquitetos e urbanistas, feita no Plenário do Senado na sexta

Documento da CMA aponta atraso do Brasil nas políticas de recuperação de rios

O Brasil está atrasado na recuperação de seus rios, segundo o relatório do senador Cidinho Santos sobre a política de revitalização de bacias hidrográficas.

O texto faz uma comparação com experiências internacionais e foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Meio Ambiente. **4**



Cidinho Santos e Wellington Fagundes durante aprovação de relatório sobre a gestão de bacias



O deputado Julio Lopes, presidente do colegiado, cumprimenta o relator pelo trabalho

Comissão Mista de Desburocratização aprova relatório de Antonio Anastasia

Relatório aprovado pelo colegiado propõe que o INPI contrate mais 150 técnicos para acelerar o registro de patentes. O documento, elaborado por Antonio Anastasia, trata ainda de questões como o funcionamento de cartórios, a emissão de documentos de identificação, vistos e alvarás e o licenciamento ambiental, com propostas para facilitar a vida dos cidadãos e empresas e melhorar o ambiente de negócios no país. **2**

Com críticas a portaria do governo, parecer sobre políticas contra o trabalho escravo passa na CDH



Roque de Sá/Agência Senado — 12/09/2017

A Comissão de Direitos Humanos aprovou relatório de Paulo Rocha sobre a política pública de combate ao trabalho escravo no país. O senador criticou portaria do Ministério do Trabalho sobre a questão e pediu fiscalização. **3**

Paulo Rocha diz que o combate ao trabalho escravo está "desmantelado" no Brasil

Transposição do São Francisco precisará de mais R\$ 6,8 bi, diz análise da CDR sobre gestão de águas

A obra de transposição do Rio São Francisco exigirá mais R\$ 6,83 bilhões para ser finalizada. A conclusão é da Comissão de Desenvolvimento Regional, que avaliou as políticas de segurança hídrica no Norte e no Nordeste. **4**

Presidente da CDR, Fátima apresenta relatório dela sobre políticas de segurança hídrica



Gerardo Magela/Agência Senado — 13/12/2017

Arquitetos e urbanistas pedem mais participação na gestão pública

Profissionais foram homenageados pelo Congresso em sessão solene na sexta-feira para marcar o Dia do Arquiteto, comemorado em 15 de dezembro, data de nascimento de Oscar Niemeyer

O CONGRESSO NACIONAL fez na sexta-feira uma sessão solene em homenagem ao Dia do Arquiteto e aos seis anos de fundação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR).

O Dia do Arquiteto é comemorado em 15 de dezembro, data de nascimento de Oscar Niemeyer (1907-2012), o profissional brasileiro da área mais reconhecido no mundo.

O Plenário do Senado ficou lotado de arquitetos e urbanistas que acompanharam a sessão, além de representantes de conselhos estaduais de Arquitetura.

O presidente do CAU-BR, Haroldo Pinheiro, lembrou a relevância da atuação das duas categorias na efetivação e melhoria de padrões coletivos de qualidade de vida relacionados às políticas públicas para



Deputada Erika Kokay lê mensagem de Eunício durante a sessão, que contou com o senador Hélio José (D)

as cidades. Ele lamentou que ainda hoje muitos gestores públicos dispensem a atuação dos arquitetos e urbanistas nos processos licitatórios. Pinheiro lembrou que nesses processos se tomam decisões que afetam diretamente a vida dos cidadãos.

O senador Hélio José (Pros-DF) ressaltou que é presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e colocou

seu gabinete e assessoria à disposição do CAU-BR para a proposição e defesa de propostas legislativas de interesse das categorias.

A sessão foi presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), que leu uma mensagem do presidente do Senado e do Congresso, Eunício Oliveira, em que ele ressalta que a qualidade da arquitetura moderna brasileira é reconhe-

cida em todo o mundo, sendo simbolizada especialmente por Brasília e pelas obras geniais de Niemeyer e Lúcio Costa.

O deputado Rôney Nemer (PP-DF) presidiu parte da sessão e defendeu que a legislação determine critérios puramente técnicos para a nomeação de gestores e executores de políticas públicas na área de arquitetura e urbanismo.

Comissão defende reforço de pessoal para acelerar exame de patentes no país

Com sugestões para facilitar a vida dos cidadãos brasileiros, a Comissão Mista de Desburocratização aprovou seu relatório final na quinta-feira. O documento elaborado por Antonio Anastasia (PSDB-MG) defende a redução do tempo para concessão de patentes e a contratação imediata de 150 examinadores para o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Segundo o senador, há 230 mil pedidos aguardando exame do INPI. Anualmente, ingressam na autarquia cerca de 30 mil novos pedidos, mas o instituto só consegue examinar 20 mil processos por ano. A média de tramitação dos processos é de 12,5 anos. A situação é ainda pior na área farmacêutica: 14 anos. Nos países mais industrializados, a média é de 4 anos. No Japão, são 11 meses.

— São 350 examinadores e cada um é capaz de solucionar cerca de 55 processos por ano. Desse modo, é necessária a contratação de pelo menos mais 150 para que a força de trabalho consiga atender aos pedidos anualmente.

Anastasia defendeu também a flexibilização das regras dos serviços notariais e de registro. Na avaliação dele, há uma infinidade de exigências legais desnecessárias.

— Já é tempo de ampliar a desjudicialização dos procedimentos de separação, divórcio, extinção de união estável, inventário e partilha, para permitir que, por meio de escritura pública, eles sejam resolvidos mesmo nos casos em que houver incapazes ou testamento, desde que haja consenso entre as partes.

Cartórios

Para o relator, também é injustificável a restrição imposta ao horário dos cartórios, que deveriam ter horário mínimo de funcionamento, e não um horário único.

— Não deveria haver obstáculo algum a que os oficiais praticassem atos nos finais de semana e em períodos noturnos, especialmente porque a necessidade do mercado reclama esses serviços a todo momento. É o titular da serventia que deverá decidir, de acordo com as suas necessidades, se

disponibilizará o serviço além do mínimo legal — defendeu.

O senador lembrou ainda que a desburocratização e a consequente melhoria do ambiente de negócios são um requisito essencial para a elevação dos investimentos e o crescimento econômico do país. Ele defendeu a simplificação das normas para abertura e fechamento de empresas no Brasil.

Negócios

Segundo Anastasia, estudos do Banco Mundial sobre a qualidade do ambiente de negócios classificam o Brasil na 125ª posição entre 190 economias.

— O Brasil tem indicadores que o colocam em uma posição inferior quando confrontado com a média da América Latina e do Caribe, com a China [78ª], com o Chile [55ª] e com o México [49ª].

O relatório, de 104 páginas, também trata da emissão de documentos de identificação, vistos, alvarás e licenciamento ambiental. Além disso, apresenta uma série de proposições legislativas para viabilizar as sugestões apresentadas.



Na reunião, presidente da comissão, deputado Julio Lopes, e Anastasia

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG
TER

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de pronunciamentos e avisos da Mesa.

CSE Condomínios

17h Audiência pública sobre o futuro dos condomínios residenciais no Brasil e a organização do espaço urbano.

CRA Relatório de atividades

11h Apresentação do relatório de atividades da comissão em 2017.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Lobão: CCJ teve alta produtividade neste ano

Presidente da comissão destacou a votação de 500 propostas, a aprovação de 80 projetos de lei e 47 PECs e a sabatina de 27 autoridades

MESMO COM A turbulência política que assolou o país no início do ano, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) mostrou-se inabalável e contribuiu para a alta produtividade do Poder Legislativo. A avaliação é do presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), que fez um balanço das atividades do ano na última reunião da comissão, na quarta-feira. Ao longo de 56 reuniões, os integrantes da CCJ votaram 500 propostas, segundo Lobão. Foram aprovados 58 projetos de lei do Senado em caráter terminativo, outros 21 não terminativos, 47 propostas de emenda à Constituição, um projeto de lei da Câmara, e dezenas de outras proposições, como requerimentos. Além disso, ouviram 27 autoridades em sabatinas.

— Quero agradecer a cooperação das senhoras e dos senhores senadores para a consecução dos resultados apresentados e reiterar a fé e a esperança manifestos quando do início de nossos trabalhos de que Deus nos ajudará no ano que se avizinha, ciosos que estamos de que muito esforço precisará ser envidado para atendermos às altas expectativas que sobre nós



Presidente da CCJ, Edison Lobão faz balanço das atividades do ano

tem a sociedade brasileira — declarou Lobão.

Ele elogiou o esforço do vice-presidente da CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG), em conduzir os trabalhos da comissão em sua ausência.

Pauta

Praticamente todos os grandes temas de interesse da sociedade passaram pela CCJ, lembrou Lobão, a exemplo da reforma trabalhista (PLC 38/2017), aprovada após 14 horas de debates e precedida de duas audiências públicas sobre o assunto. As mudanças na CLT foram aprovadas em junho pela comissão, e a nova

lei entrou em vigência no mês passado.

Igualmente relevante, lembrou o senador, foi a aprovação do projeto que altera a lei do abuso de autoridade, um texto alternativo com propostas que tramitavam em conjunto (PLS 280/2016 e PLS 85/2017, sendo esta última a numeração que prevaleceu).

O texto tem alcance amplo, valendo para servidores públicos e militares (ou pessoas a eles equiparadas), integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais e Conselhos de Contas. Prevê mais de 30 ações a serem

consideradas abuso de autoridade, entre elas a “carteirada”. Lobão também destacou a PEC 10/2013, que extingue o foro privilegiado nos casos de crimes comuns.

Outras propostas legislativas importantes aprovadas na CCJ foram a PEC 67/2016, que determina a realização de eleição direta aos cargos de presidente e vice-presidente da República quando ficarem vagos nos três primeiros anos do mandato presidencial, a PEC 2/2015, que torna imunes à tributação os medicamentos destinados a uso humano, o PLS 612/2011, que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo, e a PEC 21/2015, que cria dois novos institutos da democracia participativa, o direito de revogação do mandato presidencial (*recall*) e o veto popular.

Segurança pública

A pauta da segurança pública tornou-se prioritária em todo o Senado nos últimos meses, quando foram analisados dezenas de projetos, tanto na CCJ quanto no Plenário. Lobão salientou a aprovação do PLS 513/2013, a reforma da Lei de Execução Penal, que busca resolver uma série de problemas estruturais do sistema carcerário, como o excesso de presos provisórios, a falta de vagas para o cumprimento dos diversos regimes de pena e a superlotação nos

estabelecimentos prisionais.

Destaque ainda para a PEC 24/2012, que cria Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, a PEC 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro, o PLS 310/2016, que obriga os condenados monitorados eletronicamente a arcar com o custo da tornozeleira, e o PLS 740/2015, que criminaliza o assédio sexual em transporte público.

— Acerca da segurança pública, congratulo-me com a senadora Simone Tebet [PMDB-MS], à qual foi confiada a relatoria de mais de 30 projetos nessa área, tarefa da qual desincumbiu-se com brilhantismo, e com o senador Wilder Moraes [PP-GO], responsável por primorosa análise sobre a Política Nacional de Segurança Pública, trabalho respaldado em várias audiências públicas e na consulta a especialistas sobre o tema — disse Lobão.

O presidente da CCJ registrou ainda as 27 sabatinas realizadas para a aprovação da posse de autoridades, com destaque para o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, da nova Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Breno Medeiros, e de vários novos integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Combate ao trabalho escravo sofreu “retrocesso histórico”, de acordo com CDH

O governo promoveu “um retrocesso histórico” no combate ao trabalho escravo em 2017. A conclusão é de relatório aprovado na quinta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O relator, Paulo Rocha (PT-PA), avaliou as políticas públicas para a erradicação do trabalho escravo.

De acordo com o senador, o Executivo “restringiu os meios para efetiva fiscalização” realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Criado em 1995, o órgão é integrado por auditores-fiscais do Trabalho, procuradores do Trabalho e policiais federais.

Em 2016, o Plano Plurianual previa uma ampliação de 20% nas ações do GEFM até 2019. Paulo Rocha destaca que o grupo “foi obstruído de modo sórdido e eficaz” por meio de um corte orçamentário.

“Desmantelamento”

O relator apresenta números que, segundo ele, indicam “o desmantelamento da política de combate ao trabalho escravo”. De janeiro a dezembro, o GEFM realizou 18 operações e



Paulo Rocha avaliou as políticas públicas contra o trabalho escravo e salientou a necessidade de fiscalização

resgatou 73 trabalhadores. De acordo com Paulo Rocha, “são os menores números da série histórica inaugurada em 2003”.

“A média anual de operações de 2003 a 2016 era de 130, sete vezes mais do que tivemos neste ano. O número de trabalhadores resgatados anualmente desde 2003 chegava à média de 3.096, com pico de 5.999 em 2007, tendo caído à ínfima cifra de 73 indivíduos em 2017”, informa.

O relatório destaca a publicação de uma portaria do Ministério do Trabalho (1.129/2017) que alterou o conceito de trabalho escravo. De acordo com a norma, a infração ocorreria apenas nos casos de trabalho forçado, cerceamento do direito de ir e vir, coação ou efetiva punição, retenção do trabalhador endividado mediante emprego de vigilância armada ou retenção de documentos.

Para Paulo Rocha, a portaria limitou “o conceito de trabalho em condições degradantes, solidamente construído ao longo de anos de estudos e fiscalizações”. O relatório sinaliza que a medida “impõe entraves burocráticos às operações de fiscalização”.

A portaria foi questionada na Justiça e teve os efeitos suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mas, segundo Paulo Rocha, a norma criou

“um ambiente de profundas confusão e incerteza”. Ele destaca que 2017 foi marcado por paralisações dos agentes fiscalizadores, exoneração de integrantes do governo e alegações de improbidade.

Fiscalização continua

A CDH aprovou recomendação do relator para que, em 2018, as políticas de combate ao trabalho escravo continuem acompanhadas pela comissão. O objetivo será aperfeiçoar as atividades de fiscalização e a legislação vigente.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 40 milhões de pessoas são submetidas à escravidão contemporânea no mundo. No Brasil, mais de 50 mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão desde 1995. Desses, 95% são homens, 83% têm idade entre 18 e 44 anos e 33% são analfabetos.

A pecuária bovina era o setor que mais concentrava casos de escravidão moderna. Mas houve um aumento de casos em setores como construção civil e confecções.

CMA aponta que país falha na recuperação de rio

De acordo com avaliação aprovada ontem pela comissão, poder público precisa destinar mais recursos financeiros para conseguir revitalizar bacias hidrográficas degradadas

A COMPARAÇÃO COM experiências internacionais de revitalização de bacias hidrográficas mostra que o Brasil está atrasado na recuperação de seus rios. A conclusão está no relatório do senador Cidinho Santos (PR-MT) sobre a política de revitalização de bacias hidrográficas, aprovado na quarta-feira pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Anualmente, cada comissão permanente do Senado deve analisar uma política pública do Poder Executivo. Em 2017, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) também avaliou gestão de bacias hidrográficas, mas com recorte nas Regiões Norte e Nordeste.

No relatório, Cidinho destacou que praticamente não houve avanço nos resultados do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em relação à avaliação realizada pela CMA em 2015. Segundo ele, os recursos financeiros continuam insuficientes para reverter o quadro de degradação da área.

Esgoto

“A análise dos programas e ações orçamentárias demonstra que os recursos atualmente disponibilizados no Orçamento da União para a



Cidinho e Wellington na reunião em que a comissão aprovou o relatório sobre a gestão de bacias hidrográficas

revitalização de bacias hidrográficas são insuficientes para fazer frente às necessidades do país, dadas as demandas por recuperação de matas ciliares e tratamento de esgoto, por exemplo, em diversas bacias brasileiras”, avaliou Cidinho no texto aprovado.

O senador destacou que é necessário que os programas de revitalização sejam estruturados com fortes arranjos institucionais e com modelos de gestão bem definidos, para que os recursos não sejam mal aplicados.

Cidinho também recomendou que o Programa Produtor de Água, da Agência Nacional

de Águas (ANA), seja expandido em termos de abrangência geográfica e de orçamento.

Código Florestal

Na mesma reunião, a CMA aprovou o relatório do senador Wellington Fagundes (PR-MT) sobre os instrumentos econômicos e financeiros para o desenvolvimento sustentável do país disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural, a Cota de Reserva Ambiental e o Programa de Regularização Ambiental.

O Código Florestal (Lei 12.651/2012) foi amplamente

debatido tanto pelo Senado quanto pela Câmara e suscitou discussões entre diversos segmentos sociais.

Segundo o relatório, para assegurar a implementação do Código Florestal, é necessário o forte engajamento do setor rural e dos demais atores da cadeia de produção agrícola, desde governos locais, consumidores e prestadores de serviços até grandes empresas comercializadoras de commodities, bancos financeiros e fornecedores de insumos e equipamentos.

“Apenas com esse amplo engajamento será possível cobrar dos governos estadu-

ais e federal o conjunto de investimentos necessários, não apenas no âmbito financeiro, mas sobretudo no âmbito político, para assegurar a prioridade dessa agenda”, descreveu Wellington no relatório.

Acordo

Ele ressaltou que os instrumentos econômicos e de mercado previstos no Código Florestal são urgentes, “principalmente em um contexto histórico em que produtores com ativos ambientais e que cumprem ou excedem as determinações legais tendem a ser economicamente punidos, enquanto aqueles que desrespeitam as regras acabam recebendo prêmios econômicos e legais com anistias e mudanças nas regras”.

O relator ponderou que é preciso haver um acordo entre produtores rurais e ambientalistas:

“Sendo o Brasil um país com nítida vocação agrícola e detentor da maior fração da mais rica floresta tropical do planeta, além de outros tantos biomas e ecossistemas megabiodiversos, surge a necessidade de uma conciliação delicada, porém necessária, entre preservação e desenvolvimento, conservação natural e produção agropecuária”.

Transposição do São Francisco deve exigir mais R\$ 6,8 bi, avalia CDR

As obras de transposição do Rio São Francisco, para serem finalizadas, ainda precisarão de recursos públicos da ordem de R\$ 6,83 bilhões, além dos cerca de R\$ 10 bilhões já investidos desde o início da execução do projeto, em 2007.

Essa foi uma das principais conclusões do relatório de avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão de águas nas Regiões Norte e Nordeste, aprovado na quarta-feira pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De autoria da presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), o relatório (RDR 15/2017) revela a necessidade de aplicação de recursos orçamentários, sobretudo na construção de obras complementares que conduzam as águas dos canais principais do projeto (os Eixos Leste e Norte) para as regiões a serem beneficiadas.

“É preciso garantir recursos para a construção de obras estruturantes do Projeto de Integração do Rio São Francisco, a exemplo da Adutora do Agreste (PE) e do Ramal do

Apodi (RN)”, escreve a relatora.

A senadora se queixa da redução orçamentária feita pelo Ministério do Planejamento nas verbas destinadas à transposição no Projeto de Lei Orçamentária para 2018 (PLN 20/2017). O projeto foi aprovado pelo Congresso na semana passada.

Revitalização

Além do término das obras, o relatório considera fundamental a implementação de um programa consistente de revitalização da Bacia do Rio

São Francisco. A revitalização é considerada requisito para garantir o abastecimento de água nas regiões beneficiárias da transposição.

De acordo com Fátima, a segurança hídrica da região somente será conseguida após o equacionamento de problemas que afetam a qualidade da água do São Francisco. Um deles é a falta de infraestrutura nos municípios da bacia para tratamento de esgoto e resíduos sólidos.

“A continuar a rápida degradação pela qual passa a bacia, somada a incipientes ações de revitalização, a água disponível para o projeto da transposição poderá ser gravemente afetada. Essa situação pode e deve ser revertida”, alerta a senadora no relatório.

Gestão

Outro ponto fundamental para o êxito do projeto da transposição destacado pelo relatório se refere ao modelo de gestão a ser adotado.

Segundo o texto aprovado pela comissão, o sistema de gestão dos principais reservatórios do Rio São Francisco — Sobradinho (BA), Três Marias

(MG) e Itaparica (PE) — deverá priorizar o abastecimento humano, harmonizando potenciais conflitos com o uso agrícola, que consome cerca de 70% da água armazenada, e com o uso para geração de energia elétrica.

A demanda de água para a agricultura poderá ser reduzida significativamente, recomenda o relatório, com o uso de métodos mais eficientes de irrigação.

Região Norte

No relatório, a senadora considera ainda um risco para a gestão da transposição a hipótese de privatização da Eletrobras. Ela alerta que, caso haja uma regulação não adequada pelo poder público, o gestor privado tenderá a priorizar a geração de energia em detrimento do abastecimento de água.

Sobre a segurança hídrica na Região Norte, o relatório da comissão defende a implementação de ações governamentais visando melhorar os índices de tratamento e coleta de esgoto e de distribuição de água tratada nos estados e municípios.



Fátima, ao lado de Valdir Raupp, apresenta relatório sobre a política pública avaliada pela comissão neste ano